

ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL: O CASO DAS MULHERES BARÉ NA ESCOLA NORMAL SUPERIOR

Deise Socorro da Silva Galvão

Licenciada em Pedagogia pela UEA, do povo Baré

E-mail: dsdsg.ped@uea.edu.br

RESUMO: O uso das narrativas indígenas é fonte rica para o conhecimento e a visibilidade cultural de seus povos. Neste sentido, este trabalho teve como objetivo refletir sobre a presença indígena na universidade, tomando como ponto de partida a minha história de vida, focando-se no percurso universitário, por meio de uma pesquisa narrativa coletiva com mais duas mulheres indígenas acadêmicas do povo Baré. Ao narrar nossas trajetórias e experiências, abordando nossos modos de socialização, conflitos, autonomia individual e social no processo de formação universitária, encontramos pontos que nos são comuns, linhas que se assemelham e outras que se diferenciam no que nos torna visíveis ou não no ambiente universitário. Esperamos que este trabalho possa abrir espaços para a socialização e partilhas das vivências e desafios enfrentados por mulheres indígenas no contexto da universidade, assim como apontar alternativas para superar as dificuldades frente às adversidades da vida acadêmica.

Palavras-chaves: Mulheres indígenas; narrativas; universidade.

ABSTRACT: The uses of indigenous narratives are rich sources for the knowledge and cultural visibility of their peoples. In this sense, this work aimed to reflect on the indigenous presence in the university taking my life story as a starting point, focusing on the university path, through a collective narrative research with two more academic indigenous women from the Baré people. When narrating our trajectories and experiences, addressing our modes of socialization, conflicts, individual and social autonomy in the university formation process, we find points that are common to us, lines that are similar and others that differ in what makes us visible or not in the university environment. We hope that this work can open spaces for socialization and sharing the experiences and challenges faced by indigenous women in the context of the university, as well as pointing out alternatives to overcome the difficulties in the face of the adversities of academic life.

Keywords: Indigenous women; narratives; university.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida no Trabalho de conclusão de Curso (TCC) e apresenta-se como uma narrativa de três mulheres indígenas do povo Baré que refletem sobre seu percurso na universidade. Ser mulher indígena é uma resistência a, pelo menos, dois preconceitos estabelecidos na sociedade: primeiro por ser mulher num mundo que tem o machismo arraigado nas suas estruturas mais profundas; segundo, ser indígena numa sociedade onde o racismo estrutural está presente contra toda diferença.

Assim, ser mulher indígena na universidade compõe-se como um ato de resistência e um grito para que sejamos vistas e ouvidas neste ambiente que, muitas vezes, não nos reconhece em nossa identidade.

O acesso à Universidade pelos povos indígenas é algo recente e ainda não consolidado como política institucional. Por vezes, somos invisibilizados pela instituição, por outras, nos invisibilizamos para evitar os preconceitos e os questionamentos acerca da nossa identidade, seja por não ser falante da língua indígena, seja pelo estereótipo que paira no imaginário da população a partir de uma identidade essencialista, como ter traços físicos característicos.

Teve como objetivo geral refletir sobre o meu percurso e de outras duas mulheres do povo Baré na universidade, buscando compreender em que medida nossas narrativas se aproximam, se assemelham e se diferenciam. Ao mesmo tempo, analisa as políticas de acesso ao Ensino Superior para os povos indígenas.

Assim, eu acredito que este trabalho pode ajudar outras mulheres indígenas e os colegas não indígenas a pensar e compreender os desafios que os povos indígenas enfrentam na universidade e como é importante que as escolas e a universidade trabalhem para acabar com preconceitos sobre nossos povos e culturas.

A escolha desse tema ocorreu da minha experiência e participação em dois projetos desenvolvidos na Escola Normal Superior “Tecendo diálogos interculturais” e “Práticas de Leitura e Escrita: o Português como L2 para acadêmicos indígenas”. Nestes projetos eu pude me encontrar e reunir com outros parentes e participar de muita coisa que falava da nossa cultura e mostrar nossa cultura para a universidade.

Assim, penso que estar entre o invisível e o visível na universidade impõe, para nós mesmos, um compromisso de narrar nossa história de estudante indígena do povo Baré que, apesar das dificuldades enfrentadas na cidade de Manaus em relação a sua cultura, raízes, língua e condições financeiras, conseguiu lutar com a ajuda da família para que essa conquista chegasse a uma realização vitoriosa.

SOU MAIS QUE UM NÚMERO NA ESTATÍSTICA COTISTA: SOU BARÉ

Eu sou Deise Socorro da Silva Galvão, nascida no dia 20 de novembro de 1965 no Distrito de Cucuí, situado na fronteira do Brasil com a Venezuela,

localizado no Alto Rio Negro, próximo ao município de São Gabriel da Cachoeira, conhecido popularmente como “Cabeça do Cachorro” devido à forma do território que se assemelha a uma cabeça de cachorro (Figura 1). Sou indígena do povo Baré, falante da língua Nheengatu e moro em Manaus desde dezembro de mil novecentos e oitenta e cinco, quando concluí o antigo segundo grau e vim em busca de melhores condições de vida e conhecimentos.

Figura 1 - Mapa da localização da minha comunidade



Fonte - https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Gabriel_da_Cachoeira. Acesso em: 10/10/2020.

Em 2015, ingressei na Universidade do Estado do Amazonas pelo grupo das cotas indígenas, no curso de Pedagogia. Fiquei muito feliz, pois sempre quis ser professora e fiz a minha matrícula.

No dia dezessete de março de 2015 iniciei as aulas na Escola Normal Superior. Foi o meu primeiro dia de aula, me senti muito insegura, pois não conhecia ninguém, estava há muitos anos fora de uma sala de aula e me vi cercada por vários adolescentes. Então me sentei logo de primeira lá nos fundos, fiquei isolada, não falava com ninguém até porque sou muito tímida. Sinceramente eu me senti lá no além, não entendia absolutamente nada. Meus neurônios pareciam estar desgastados pelo tempo. Falo com toda sinceridade que tive muitas dificuldades durante as aulas.

Tive muitas dificuldades nas disciplinas teóricas, no conteúdo dos textos em relação aos pensamentos dos diversos autores, eu realmente não entendia absolutamente nada porque havia muito tempo que eu não lia um livro, e sentia dificuldade em socializar nos seminários.

Para mim foi um desafio muito grande que tive que enfrentar, porque na época que fiz o Ensino Médio não tinha Internet e não tínhamos o hábito de ler livros, eram apenas feitos os trabalhos de pesquisas através da biblioteca da escola. Sou muito tímida, tenho dificuldades ao me expressar, não sei falar palavras difíceis.

Sobrevivi com o passar dos dias e fui me adaptando aos poucos. As alunas percebiam a minha situação e quando vinham falar comigo, eu dizia que sentia

dificuldades, que eu era indígena e estava há muito tempo fora da sala de aula. Mas com o passar dos dias fui me adaptando, aos poucos comecei a fazer amizades com umas adolescentes que sentavam ao meu lado. Passei a participar do projeto Lepete de Assistência à Docência como bolsista, que ajudou muito.

Depois surgiram os projetos de extensão voltados aos indígenas como o “Tecendo diálogos interculturais e as Práticas de leitura e escrita: o português para acadêmicos indígenas” que aprofundaram muito os nossos conhecimentos e aprendizagens por meio dos professores voltados a essa área junto com os alunos monitores de Letras/ENS e do curso de Teatro/ESAT. Foi por meio desses projetos que eu fui conhecendo os outros povos, as outras culturas e sou muito grata a essas pessoas que tomaram essa iniciativa para fazer essa discussão da cultura indígena na universidade.

Assim, refletindo minhas dificuldades e angústias na universidade, considero importante destacar que o acesso ao ensino superior pelos povos indígenas é uma política forjada na luta do movimento indígena e que ainda está em fase de consolidação (ou de desconstrução).

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa que realizei se configurou como uma pesquisa de abordagem qualitativa e pautou-se na metodologia das narrativas. A opção da narrativa fundamentou-se em Benjamin (1994 apud DUTRA, 2002, p. 372) que argumenta que na narrativa, “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros”, na narrativa contempla a experiência contada pelo narrador e ouvida pelo outro, o ouvinte. Souza (2012, p. 46) corrobora dizendo que “[...] narrar histórias e contar a vida caracteriza-se como uma das possibilidades de tecer identidade [...]”.

Dentre as diferentes possibilidades da narrativa, nosso trabalho é uma pesquisa que se pauta na história de vida, cujos sujeitos são três mulheres indígenas Baré. A narrativa aqui tratada toma como objeto de estudo o percurso acadêmico dessas mulheres, conforme assevera Clementino (2014, p. 43) “Narrativas (auto)biográficas, construídas e/ou coletadas em processo de pesquisa [...] centram-se nas trajetórias, percursos e experiências dos sujeitos.

Para a análise pautamo-nos na análise interpretativa-compreensiva. Essa análise compreensiva-interpretativa das narrativas busca evidenciar a relação entre o objeto e/ou as práticas de formação numa perspectiva colaborativa, seus objetivos e o processo de investigação-formação. Partem sempre da singularidade das histórias e das experiências contidas nas narrativas individuais e coletivas dos sujeitos implicados em processos de pesquisa e formação.

O ACESSO DO INDÍGENA AO ENSINO SUPERIOR: ALGUMAS NOTAS

Para compreender o percurso forjado pelos povos indígenas para garantir direitos de acesso ao ensino Superior, me debrucei sobre o livro “Entre a

Diversidade e a Desigualdade” de Mariana Paladino e Nina Paiva Almeida (2012), que aborda as reflexões sobre as complexidades e desafios do acesso dos povos indígenas à educação superior através de reivindicações feitas pelos movimentos por meio de programas de ações para a sua permanência nas universidades Federais e Estaduais.

Segundo as autoras, na década de 1990, o acesso da população indígena à educação superior era muito precário por conta da institucionalização política, apesar de haver professores graduados, incluindo lideranças de movimentos indígenas, não existia uma reflexão que pudesse atuar na efetivação e nas possibilidades de ingressar na educação superior, como uma formação continuada ofertada por meios de ações, programas e projetos que assegurassem a sua permanência.

As autoras lembram que somente a partir do ano de 2003 a educação superior indígena passou a ocupar um lugar nas políticas públicas que tiveram foco principalmente na formação de professores indígenas em nível superior para o aperfeiçoamento de suas práticas docentes.

As ações afirmativas e as políticas de cotas deram ênfase para a entrada do estudante indígena na universidade dando uma amplitude na matrícula indígena para que ele tivesse acesso a essas vagas. Porém, mesmo com a questão dessas ações afirmativas voltadas para o acesso de estudantes indígenas sempre existem empecilhos para garantir a sua permanência e o bom desempenho. Falamos disto porque há inúmeras variáveis que afetam diretamente a vida de um acadêmico indígena, sejam elas financeiras, de barreira linguística, de preconceito e, não raras vezes, a falta de empatia da comunidade acadêmica com a diferença. Superar esses desafios é tarefa não só dos estudantes, mas também das instituições.

Freire (2004, p. 11) nos diz que:

Os processos de aprendizagem adotados por mais de 1.200 povos que aqui viviam foram desqualificados pelo colonizador, que ignorou as concepções pedagógicas indígenas, não admitindo sequer a possibilidade de índios e índias terem sido capazes de construir, ao longo do tempo, um discurso sobre suas próprias práticas educativas.

Nesse sentido, nossas narrativas enquanto mulheres Baré, nos fazem refletir que não basta ter acesso à escolarização, precisamos ser visíveis para a universidade, assim como nossos conhecimentos e nossos saberes.

Candau (2011) ressalta a importância de trabalhar uma perspectiva intercultural da educação que possibilite enxergar as diferenças culturais como vantagem pedagógica para a formação e um enriquecimento a ser contemplado no percurso formativo dos grupos que estão em relação.

Walsh (2005) argumenta que a interculturalidade crítica significa um pensamento crítico, porque está sendo pensado pelas experiências vividas na

colonialidade, reflete um pensamento não baseado nos legados eurocêntricos e, por fim, porque tem sua origem no sul.

Assim, refletindo sobre nossas vivências que se remetem à escolarização em internatos (uma das formas de integração dos povos indígenas à sociedade nacional e invisibilização de suas culturas) e na resistência que nós, mulheres Baré, tivemos para mantermos algumas de nossas tradições e, em parte nossa língua, estar na universidade em um contexto urbano é desafiador.

Em se tratando do acesso ao ensino superior, no cenário local, estado do Amazonas, temos duas universidades públicas, uma federal (Universidade Federal do Amazonas) e uma estadual (Universidade do Estado do Amazonas), esta última onde sou acadêmica do curso de Pedagogia, como mencionei no início deste trabalho. Trazemos, ainda que de maneira aligeirada, as políticas implementadas por essas duas universidades no que diz respeito ao atendimento aos povos indígenas.

A Universidade Federal do Amazonas trabalha com o preenchimento de vagas pelo SISU atendendo à política de cotas. Possui um campus em Manaus e outros campi espalhados pelo interior: Coari, Benjamin Constant, Humaitá, Parintins e Itacoatiara.

Na sua estrutura institucional há uma diretoria que trabalha com as políticas afirmativas. No tocante à formação de professores indígenas, na estrutura da Faculdade de Educação FAGED há o DEEI (Departamento de Educação Escolar Indígena) que tem corpo docente próprio e atende aos cursos de formação específica, recebendo recursos do PROLIND (Programa de Licenciaturas Indígenas) do MEC.

A Universidade do Estado do Amazonas tem uma política de acesso para os povos indígenas por meio das cotas ofertadas em todos os cursos no vestibular macro (reserva de vagas para indígenas, estabelecida pela Lei Ordinária nº 2894/2004 do Estado do Amazonas). No entanto, os cursos específicos ainda são pontuais.

No contexto de estudantes cotistas, inserem-se as mulheres Baré, cujas narrativas se entrecruzam com a minha própria história e estão abordadas no próximo tópico.

MULHERES BARÉ NA UEA: O QUE NOS UNE NOS APROXIMA E NOS IDENTIFICA

Neste tópico discutimos os resultados da pesquisa, refletindo sobre as histórias das mulheres Baré no que diz respeito ao seu percurso acadêmico. Das suas narrativas construímos o corpus do trabalho e elegemos três categorias para a análise: o perfil dessas mulheres indígenas universitárias, considerando também minha própria história apresentada no início deste trabalho; as dificuldades enfrentadas por elas e os seus sonhos/expectativas/esperanças com a conclusão do curso onde se matricularam.

a. Perfil das mulheres indígenas Baré, acadêmicas da ENS

Iniciamos fazendo um perfil das três mulheres que participaram da pesquisa. Todas nasceram no território do Alto Rio Negro, sendo uma na cidade de Santa Isabel do Rio Negro e duas em comunidades mais distantes. Todas se identificam como pertencentes ao povo Baré, sendo que uma delas tem a mãe do povo Tukano.

No tocante à língua própria, duas são falantes do Nheengatú e uma não fala, mas compreende o Tukano, língua falada pela mãe. As três têm filhos e trabalharam em casas de família e trabalhos informais, no distrito e outros para manter a família. As três ingressaram na universidade (Universidade do Estado do Amazonas) pelas cotas (grupo 8), sendo que duas cursam Pedagogia e uma Licenciatura em Geografia. Todas entraram com mais de 30 anos na universidade, sendo a maior idade de ingresso, 45 anos.

Ressaltamos aqui que as três são participantes dos projetos “Tecendo diálogos interculturais” e “Práticas de leitura e escrita: o português para acadêmicos indígenas”.

Percebemos que as três entraram tardiamente na universidade, todas buscavam a realização de um sonho, todas têm filhos, dominam no âmbito da fala e/ou da compreensão, ainda que minimamente, uma língua indígena. Todas ainda vivenciam a cultura em suas famílias, seja na alimentação, nas plantas medicinais, nos benzimentos e outras práticas. Isso nos leva a analisar que, mesmo distante de seus territórios, essas mulheres não se distanciaram totalmente de suas culturas.

b. As dificuldades no contexto universitário.

Neste tópico trazemos as dificuldades enfrentadas por nós, mulheres indígenas no contexto da universidade. As narrativas falam do impacto com o desconhecido, o isolamento, a idade e o preconceito.

Todas destacam que faltam políticas para acolher a diferença, mas salientam a participação nos projetos citados como relevantes no seu processo formativo e acadêmico.

Percebemos que nós, as três mulheres, tivemos dificuldades semelhantes como o isolamento, o fato de ter parado de estudar há muito tempo, a falta de amizades no início do curso, a dificuldade de compreender os conteúdos ministrados pelos professores, além da dificuldade com o uso das tecnologias.

Salientamos que duas falas colocam que somente no terceiro período começaram a compreender algumas coisas. Consideramos que isso seja um fator a ser considerado, haja vista que os fundamentos da educação acontecem nestes períodos e elas servirão de base para articular outros conhecimentos dos próximos períodos.

Outro ponto a ser considerado é a insegurança na convivência com os mais jovens, além do medo do preconceito.

c. Sonhos/esperanças/expectativas para o futuro

Todas ressaltam a expectativa e a esperança de poderem levar o conhecimento que adquiriram para atuarem como professoras nos seus territórios de origem ou ser a inspiração para a própria família. Assim, analisamos que as três mulheres indígenas Baré buscam o mesmo objetivo que é concluir os seus estudos e que sua história seja um estímulo para os parentes, assim como levar novas práticas para as salas de aula, em particular, nas nossas comunidades.

Ressaltam também a importância de lutar para garantir os direitos dos povos indígenas no acesso e permanência ao Ensino Superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É muito importante ter o privilégio de narrar a nossa história e ter a oportunidade de reviver a vida, é como nascer de novo e lembrar um filme em nossas mentes. Cada momento de tristeza, alegria, dificuldades, lutas, incertezas e enfim as vitórias.

Momentos que servirão de aprendizado para cada etapa da vida e assim compartilhar com amigos as narrativas de mulheres que passaram/passam pelo mesmo desafio no percurso universitário.

Sou uma veterana indígena, acadêmica da Escola Normal Superior, que lutou para conseguir essa conquista que ficará marcada na minha história, também servirá de incentivo para mostrar aos estudantes que, mesmo com mais idade, nunca é tarde para conseguir realizar seus objetivos.

É através de lutas e desafios que conseguimos alcançar tudo aquilo que fará parte das nossas realidades. Em relação às adversidades é necessário lutarmos sempre pelo respeito à diferença do outro.

À universidade quero afirmar que é preciso lutar pelos direitos de uma política afirmativa de acesso e permanência, a fim de que os indígenas, particularmente as mulheres, possam trilhar suas trajetórias com segurança e sucesso.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas.

Currículo sem Fronteiras, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011.

DUTRA, Elza. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. **Estudos de psicologia**. Rio Grande do Norte, p. 371-378, jul-dez. 2002.

FREIRE, J. R. B. Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos. In: BRASIL.

Educação escolar indígena em Terra Brasilis: tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.

PALADINO, M.; ALMEIDA, N. P. **Entre a diversidade e a desigualdade**: uma análise das políticas públicas para educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula. Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2012.

SOUZA, Elizeu Clementino. Diálogos cruzados sobre pesquisa autobiográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. **Educação**. Santa Maria | v. 39 | n. 1 | p. 39-50 | jan./abr. 2014.

SOUZA, E. C.; BRAGANÇA, I. F. S. (Orgs.). **Memória, dimensões sócio-históricas e trajetórias de formação**. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EdiPUCRS; Salvador: EDUNEB, v. 3, 2012.

WALSH, Catherine. Introducción – (Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad. In: WALSH, Catherine. (org.) **Pensamiento crítico y matriz (de) colonial**. Reflexiones latino-americanas. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005, p. 13-35.